

# **LEI Nº 758/96**

## **Dispõe Sobre a Criação do Conselho Tutelar da Comarca de Lajinha e Dá Outras Providencias.**

A Câmara Municipal de Lajinha, estado de Minas Gerais, por seus Vereadores, aprovou e eu, face à sanção tácita do Sr. Prefeito Municipal, Promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica criado o Conselho Tutelar da Comarca de Lajinha, englobando os municípios de Lajinha, Chalé e São José do Mantimento, órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente da Comarca de Lajinha.

Art. 2º - O Conselho Tutelar da comarca de Lajinha será composto de 05(cinco) membros titulares e 05(cinco) suplentes, escolhidos pelo voto facultativo e direto dos eleitores residentes na Comarca de Lajinha.

§ 1º - O processo para a escolha dos membros do Conselho Tutelar será realizado sob a presidência do Juiz Eleitoral, responsabilidade do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, e fiscalização do Ministério Público.

§ 2º - O mandato será de três anos, permitida uma recondução.

§ 3º - Permitir-se-á mais de uma recondução caso não haja o mínimo de 10(dez) candidatos com inscrições deferidas.

§ 4º - Os candidatos pretendentes a novas reconduções, além da legalmente permitida (art. 2º § 2º), disputarão entre si as vagas ociosas.

§ 5º - Acaso haja 05(cinco) candidatos, ou menos, ao conselho tutelar, a composição deste dar-se-á por indicação do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e sob a fiscalização do Ministério Público.

§ 6º - No caso de empate na votação, considerar-se-á membro titular ou eleito àquele que possuir especialização nas áreas de direito, saúde, educação, assistência social ou psicologia. Acaso persista o empate, considerar-se-á membro titular ou eleito, o candidato de idade mais avançada.

§ 7º - Para a candidatura a membro do Conselho Tutelar serão exigidos os seguintes requisitos:

- a) reconhecida idoneidade moral;
- b) idade superior à 21(vinte e um) anos;
- c) residir na comarca há pelo menos 01(um) ano;
- d) experiência comprovada de, no mínimo 01(um) ano, de trabalho com crianças e adolescentes.

§ 8º - São impedidos de servir no mesmo Conselho, marido e mulher, ascendentes e descendentes, sogro e genro ou nora, irmãos, cunhados durante o cunhadio, tio e sobrinho, padrasto ou , madrastra e enteado.

§ 9º - Entende-se estendido o impedimento do artigo 2º § 8º à autoridade judiciária e ao representante do Ministério Público com atuação na Justiça da Infância e da juventude em exercício na Comarca.

Art. 3º - São atribuições do Conselho Tutelar da Comarca de Lajinha:

I – Atender as crianças e adolescentes sempre que houver ameaça ou violação dos direitos reconhecidos no Estatuto da Criança e do Adolescente por ação ou omissão da Sociedade ou Estado, por falta, omissão ou abuso dos pais ou responsáveis e em razão de sua conduta, aplicando as seguintes medidas:

- a) encaminhamento aos pais ou responsáveis;
- b) orientação, apoio e acompanhamento temporário;
- c) matrícula e frequência obrigatória em estabelecimento oficial de ensino fundamental;
- d) inclusão em programa comunitário oficial de auxílio à família e ao adolescente;
- e) requisição de tratamento médico, psicológico ou psiquiátrico em regime hospitalar ou ambulatorial;
- f) inclusão em programa oficial ou comunitário de auxílio, orientação e tratamento à alcoólatras e toxicômanos;
- g) abrigo em entidades assistenciais;

II – Atender e aconselhar os pais ou responsáveis, e, se for o caso, aplicar-lhes as seguintes medidas:

- a) encaminhamento a programa oficial ou comunitário de programação da família;
- b) inclusão em programa de tratamento a alcoólatras e toxicômanos;
- c) encaminhamento a cursos ou programas de orientação;
- d) encaminhamento a tratamento psicológico e psiquiátrico;

- e) obrigação de matricular o filho ou pupilo, além de acompanhar sua frequência e aproveitamento escolar;
- f) obrigação de encaminhar a criança ou adolescente a tratamento especializado;
- g) advertência.

III – No caso de prática de ato infracional praticado por crianças, pessoa de até 12(doze) anos incompletos, caberá ao Conselho tutelar aplicar a medida de proteção correspondente, dentre as previstas no artigo 101. I a VII, e 136, I da Lei Nº 8069/90.

IV - Promover a execução de suas decisões, podendo para tanto:

- a) requisitar serviços públicos na área de saúde, educação, serviço social, previdência, trabalho e segurança;
- b) representar junto à autoridade judiciária nos casos de descumprimento injustificado de suas deliberações;

V – Encaminhar ao Ministério Público notícia de fato que constitua infração administrativa ou penal contra direito da criança ou adolescente;

VI – Encaminhar à autoridade judiciária os casos de sua competência;

VII – Providenciar a medida estabelecida pela autoridade judiciária, dentre as previstas no artigo 101, I a VI da Lei 8069/90, para o adolescente autor de ato infracional;

VIII – Expedir notificação;

IX – Requisitar certidões de nascimento e de óbito da criança e adolescente quando necessário;

X – Assessorar o Poder Executivo local na elaboração de proposta orçamentária para plano e programa de atendimento dos direitos da criança e do adolescente;

XI – Representar, em nome da pessoa e da família, contra programa ou programação de rádio e televisão que desrespeitem valores éticos e sociais, bem como de propaganda de produtos, práticas e serviços que possam ser nocivos à saúde da criança e do adolescente;

XII – Representar ao Ministério Público para efeito das ações de perda ou suspensão do pátrio poder.

Art. 4º - As decisões do Conselho tutelar somente poderão ser revistas pela autoridade judiciária a pedido de quem tenha legítimo interesse.

Art. 5º - O funcionamento do Conselho Tutelar será disciplinado por seu regimento interno.

Art. 6º - O exercício efetivo da função de conselheiro constituirá serviço público relevante, estabelecerá presunção de idoneidade moral e assegurará prisão especial, em caso de crime comum, até o julgamento definitivo.

Art. 7º - A competência do Conselho tutelar será determinada:

- I) Pelo domicílio dos pais ou responsável;
- II) Pelo lugar onde se encontre a criança ou adolescente, à falta dos pais ou responsável;

§ 1º - Nos casos de ato infracional, será competente o Conselho tutelar do lugar da ação ou omissão.

§ 2º - A execução das medidas poderá ser delegada ao Conselho tutelar das residências dos pais ou responsável, ou do local onde sediar-se a entidade que abrigar a criança ou adolescente;

Art. 8º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 9º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Presidência da Câmara Municipal de Lajinha, estado  
De Minas Gerais, ao primeiro dia do mês de julho do ano de mil  
Novecentos e noventa e seis(1º/07/1996)

Hilmar Sathler César  
Presidente

